



			DATA
EXPEDIENTE	/	/2023	
ACEITO EM	/	/2023	
APROVADO EM	/	/2023	
REJEITADO EM	/	/2023	
ARQUIVO			

PROJETO DE LEI N° 12 /2023

PROTOCOLADO SOB N° 445 /2023

EM 07 / 02 / 23

“Fica assegurado o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Município de Rio Grande.”

Art. 1º Fica assegurado às mulheres o direito de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Município de Rio Grande, sendo obrigatório em casos que envolvam algum tipo de sedação.

Parágrafo único. O direito disposto no caput deste artigo poderá ser exercido sempre considerando as orientações da Norma Técnica que dispõe sobre os procedimentos para garantir a atenção humanizada as pessoas com suspeita ou denúncia de violência sexual.

Art. 2º. Os estabelecimentos de saúde, no âmbito do Município de Rio Grande, deverão afixar cartaz ou painel digital (display eletrônico), de forma visível e de fácil acesso, para informar o direito que se refere esta Lei.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, estabelecendo sanções administrativas aplicáveis aos estabelecimentos que descumprirem o determinado e definindo o órgão fiscalizador.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Filipe Branco

Vereador do MDB

VISTO

Presidente



			DATA
EXPEDIENTE	/	/2023	
ACEITO EM	/	/2023	
APROVADO EM	/	/2023	
REJEITADO EM	/	/2023	
ARQUIVO			

PROJETO DE LEI N _____/2023

PROTOCOLADO SOB N° _____/2023

EM ____/____/____

JUSTIFICATIVA

Lamentavelmente, no Brasil, especialmente diante dos abusos contra as mulheres, não basta apenas a afirmação de direitos, mas faz-se necessário a busca por meios que garantam tais direitos serem efetivados na prática. É estarrecedor que usuárias de serviços de saúde sofram algum tipo de violência, abuso ou importunação sexual, sejam em procedimentos ou exames.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei visa assegurar o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Município de Rio Grande.

É importante destacar que o presente Projeto não pretende regular o exercício da atuação do médico, mas sim, prevenir denúncias formalizadas por pacientes relativas a crimes de natureza sexuais, supostamente ocorridas durante exames e, assim, preservando a relação médico-paciente, resguardando as falsas interpretações que poderiam resultar em denúncias, tão frequentes nos últimos anos.

Dessa forma, portanto, peço apoio aos meus pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Filipe Branco

Vereador do MDB

VISTO

Presidente